



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**Populações Realocadas por Empreendimentos
de Infraestrutura Hidrelétrica – Uma Reflexão
Sobre Atendimento a Passivos e Direitos
Sociais.**

Rita Alves Silva

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos
Setores Energético e Mineral

Brasília, março de 2019



RITA ALVES SILVA

**Populações Realocadas por Empreendimentos de Infraestrutura
Hidrelétrica – Uma Reflexão Sobre Atendimento a Passivos e
Direitos Sociais.**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Orientadora: Clarice Ferraz

Brasília, Março de 2019.

Agradecimentos

Agradeço a DEUS pela vida, esperança, sabedoria e força a mim concedidos para acreditar que dias melhores dependem de atitudes e coragem para um trabalho dedicado ao bem-estar de todos.

Ao Ministério de Minas e Energia pela oportunidade de realização de um curso revelador, cujos professores, em especial a Prof^a Clarice Ferraz, orientadora deste trabalho, nos guiaram a uma visita intensa, dinâmica, profícua e atualizada, aos conceitos de políticas públicas e de gestão para o setor energético.

Aos meus colegas de turma que, constantemente, com calor e alegria, me incentivaram a conclusão de mais um desafio para o aprimoramento técnico e intelectual que certamente contribuirá para consolidar um caminho profissional pautado no saber e na decisão.

Aos meus colegas de trabalho, amigos e familiares, que com amor e respeito entenderam que a minha, tão notada ausência, fazia parte da necessidade de um reconhecimento de novas rotas de conhecimento, como um preparo para a vida, cujos frutos poderão se refletir na dinâmica de um novo olhar gerencial para contribuir na melhoria da gestão governamental.

Resumo

Silva, Rita Alves; Ferraz, Clarice. Populações Realocadas por Empreendimentos de Infraestrutura Hidrelétrica – Uma Reflexão Sobre Atendimento a Passivos e Direitos Sociais. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. 40 pg.

Este trabalho analisa a responsabilização dada aos empreendimentos de infraestrutura de geração hidrelétrica, mediante a mitigação de passivos sociais pré-existentes no território em atendimento às recomendações e exigências impostas para as compensações sociais no âmbito do processo de licenciamento ambiental, através da delegação de responsabilidades para o suprimento de serviços e equipamentos públicos (construção, manutenção e operação). Os registros aqui destacados evidenciaram a ausência de parâmetros que diferenciem proporcionalmente às responsabilidades das relações entre público x privado, fazendo do órgão licenciador um ordenador de outras políticas públicas setoriais para a execução sob e responsabilidade do empreendedor. A fim de democratizar as políticas ambiental e habitacional, o presente trabalho propõe uma revisitação aos procedimentos atualmente adotados no âmbito do processo de licenciamento ambiental, bem como à necessidade da União estabelecer as estratégias de inserção e diretrizes necessárias para articulação com Estados e Municípios, visando à preparação do território para a instalação de empreendimentos estratégicos ou estruturantes.

Palavras chaves

Realocação de populações, licenciamento ambiental, usinas hidrelétricas, passivos sociais.

Abstract

Silva, Rita Alves; Ferraz, Clarice. Populações Realocadas por Empreendimentos de Infraestrutura – Direitos e Deveres Sociais. Completion Work, Specialization Course in Public Policies and Governmental Management in the Energy and Mineral Sectors, Administration Department. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2018. 40pg.

This article offers a reflection on the accountability of hydroelectric generation infrastructure projects with regard to the mitigation of pre-existing social liabilities in the territory in compliance with the recommendations and requirements imposed by environmental licensing. The environmental licensing responsibilities, as the supply of public services and equipment, are transferred to the entrepreneurs. The records evidenced the absence of parameters that distinguishes responsibilities in relations between public and private agents, proportionally, turning the Environmental Agency into an executor of other sectoral public policies for implementation under the responsibility of the entrepreneur.

In order to democratize environmental and housing policies, this article proposes to revise the procedures currently adopted in the scope of the environmental licensing process, as well as the need, for the Union, to establish the necessary integrated strategies and guidelines to articulate with States and Municipalities. The proposed mechanism intends to present a support tool to facilitate the installation of both, strategic and structuring enterprises in the Brazilian territory.

Keywords

Compulsory displacement, environmental licensing, hydroelectric plant, social liabilities.

Lista de Figuras

Figura 1. Arranjo Geral da UHE Belo Monte	39
---	----

Lista de quadros

Quadro 1. Critérios de Elegibilidade Tipo de Ocupação do Imóvel e do Benefício.....	30
Quadro 2. Alternativas para Indenização e Aquisição de Terras.....	31

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Matriz de Capacidade Instalada (Fonte: MME/SPE, 2018.).....	35
Gráfico 2. Evolução da matriz elétrica brasileira – PDE 2027 (Fonte: MME/SPE, 2018.).....	37

Lista de Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
APP	Área de Preservação Permanente
CCEE	Câmara de Comércio de Energia Elétrica
COMAR	Comando Aéreo Regional
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EIA RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e seu Respetivo Relatório de Impacto Ambiental
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAPE	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCID	Ministério das Cidades
MME	Ministério de Minas e Energia
MS	Ministério de Saúde
NESA	Norte Energia S.A.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNH	Política Nacional de Habitação
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
UHE	Usina Hidrelétrica

Índice

1.	Introdução	8
1.1.	Apresentação do tema.....	8
1.2.	Objetivos	10
1.3.	Justificativa	10
2.	Referencial Teórico.....	11
2.1.	Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos.....	11
2.2.	Meio Socioeconômico: estudos e programas	20
2.3.	Realocação Populacional: critérios de elegibilidade	24
3.	Métodos.....	33
3.1.	Tipo de Pesquisa.....	33
3.2.	Fonte de dados.....	34
4.	Resultados	35
4.1.	Usina Hidrelétrica Belo Monte	38
4.2.	Usina Hidrelétrica de Jirau.....	40
4.3.	Usina Hidrelétrica de Santo Antônio	40
5.	Conclusão	43
6.	Referências Bibliográficas	46

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

A instalação de empreendimentos de infraestrutura, dada as suas características técnicas e de segurança prescindem de espaços locais que permitam sua instalação e operação vislumbrando o atendimento às demandas sociais para o desenvolvimento de uma nação. Nos últimos anos, em resposta a crise do verão seco de 2001 associada à falta de diversificação da matriz elétrica brasileira culminou com o apagão nacional. Houve rebaixamento dos reservatórios de água para níveis críticos a ponto de comprometer a capacidade de garantir o fornecimento de eletricidade. Após realização de importante reforma institucional confiável para atendimento ao mercado consumidor o Setor Elétrico além de modernizar o seu arcabouço legal, investiu fortemente numa carteira de projetos acomodada no planejamento de curto, médio e de longo prazo e na busca de investidores para o aquecimento do mercado.

O estabelecimento de Novo Modelo do Setor Elétrico com introdução de competição e privatizações, foi estabelecido sobre 3 pilares: segurança de abastecimento; universalização do acesso, e modicidade tarifária. Inicialmente promoveu uma reação de incertezas sobre o sucesso da nova proposta, dada a redução do Estado no processo e a necessidade de garantir o suprimento de energia elétrica (Lorenzo, 2002). Posteriormente, essas incertezas foram revestidas em condição básica mediante a estruturação e a organização do mercado, que além de promover a modicidade tarifária, assegurar a atratividade dos investimentos na expansão do sistema bem como a promoção da inserção social por meio de programas de universalização do atendimento, a exemplo do Programa Luz Pra Todos, vem resultando em sucesso e atrativos para o mercado investidor até o presente.

Notadamente, a participação e os conflitos sociais foram percebidos no Brasil, quando da necessidade de instalação dos empreendimentos e podem ser representados, inicialmente pelo anseio de uma expectativa de “progresso”

e no decorrer do desenvolvimento de estudos técnicos e ambientais, na discussão das realidades regionais: anseios, expectativas e necessidades locais.

A certeza de recepção de soluções e de alteração dos territórios em função da presença de uma estrutura que fará parte do convívio local/social, seja por lembranças do acolhimento do crescimento de oportunidades, seja por vivências, nem sempre aceitas pela população, de alteração do perfil residencial ou do modo de viver de comunidades, sejam elas conceituadas como tradicionais ou não, porque se tem como percepção a destruição de relações sociais e ambientais (MAGALHAES et ali, 2015). No intuito de se fazer cumprir exigências técnicas e legais para promover os reassentamentos compulsórios, muitos foram os critérios, normas e procedimentos revisados e adotados para o atendimento pelos responsáveis pela implementação dos empreendimentos hidrelétricos para se fazer cumprir os direitos por meio de compensações sociais e indenizações no intuito de acrescentar para a comunidade, além das exigências estabelecidas no licenciamento ambiental, o fomento à provisão de bens e serviços, porventura ausentes.

Assim, este trabalho, visa uma reflexão para discussão quanto a responsabilização dos empreendimentos de infraestrutura hidrelétrica, face as correntes críticas e insatisfações pertinentes aos impactos sociais derivados da sua instalação. Esses, mesmo atendendo as recomendações e exigências para mitigação e controle de impactos ambientais, inerentes ao processo de licenciamento ambiental, lhes são adicionalmente delegadas responsabilidades para o suprimentos de equipamentos públicos (projeto, construção, manutenção e operação), no entanto, não são reconhecidos como parceiros institucionais de fomento para ações que, além de atender a uma demanda para o desenvolvimento socioeconômico, contribuem para elevar as condições de aparelhamento do estado nas áreas de influência indicadas pelo alcance do impacto de sua operação.

Para alcançar seu objetivo, o presente trabalho analisa a legislação em vigor, trabalhos governamentais e acadêmicos, além de bibliografias pertinentes.

1.2. Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o procedimento adotado no licenciamento ambiental de empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), para nortear a execução dos reassentamentos e outras compensações sócio ambientais, de modo a avaliar a situação sob a ótica do setor. Esta análise irá acarretar em um horizonte propositivo, de modo a lançar luz aos desafios enfrentados para subsidiar um diálogo sobre responsabilidade social de todos atores envolvidos: os poderes executivos e legislativos em todas as suas esferas, o empreendedor e a sociedade civil.

Deste modo, desdobram-se como objetivos específicos: avaliar a situação de conflito para o atendimento ou não de políticas para o reassentamento compulsório e propor melhorias para o critério de avaliação qualitativa do atendimento pelo Setor Privado.

1.3. Justificativa

A instalação de empreendimentos de infraestrutura pode incorrer na necessidade de remanejamento de populações de forma compulsória. Mesmo considerando o atendimento aos quesitos legais e formais dos processos de indenização e/ou compensação de áreas, estes têm se tornando processo de conflito e de descontentamento para liberação de áreas para obras, enchimento do reservatório, implantação de área de preservação permanente ou de faixas de servidão.

Usualmente, a identificação de público alvo é realizado a partir de levantamentos censitários, ou cadastro socioambientais realizados ainda na fase de planejamento dos empreendimentos, e seguem no processo de licenciamento ambiental com a realização de estudos específicos aonde são

discutidos com as comunidades e concretizados a partir da definição das diretrizes definidas no Projeto Básico Ambiental – PBA¹, considerando as premissas de programas para indenização e remanejamento, que servem como norteadoras para os métodos, procedimentos, fases e indicadores a serem aplicados para cadastrar, valorar, indenizar, adquirir imóveis e remover as populações atingidas.

Os critérios de modalidades de reparação (carta de crédito, indenização, reassentamento, relocação da propriedade) em acordo com o proprietário ou posseiro de áreas normalmente são negociados com as populações conforme previsto na legislação vigente. Cabe destacar que nos últimos anos, houve um crescimento no número de empreendimentos de infraestrutura no Brasil e no intuito de cumprir as exigências do processo de licenciamento ambiental, relacionados a impactos ambientais e sociais, os investidores vem envidando esforços para a promoção de parcerias interinstitucionais para compensar o enfrentamento de passivos sociais, especialmente no que tange aos empreendimentos que necessitam, para sua efetiva instalação, da realocação compulsória de populações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos

No Brasil, o licenciamento ambiental foi colocado em prática a partir do ano de 1975, inicialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi declarada exigência Nacional por meio da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente definindo assim os princípios e os objetivos que norteiam a gestão ambiental. A Política Nacional criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA – e elaborou um conjunto de instrumentos os quais vêm sendo desenvolvidos e atualizados por meio de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente –

¹ Projeto Básico Ambiental: é o documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas de controle e os programas ambientais propostos no EIA. Deve ser apresentado para a obtenção da Licença de Instalação. (Manual de Procedimentos para o Licenciamento Ambiental Federal – IBAMA - 2002)

CONAMA. Esses instrumentos legais foram reforçados com a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 – art. 225, no capítulo referente à Proteção ao Meio Ambiente.

Do contexto, o processo de licenciamento ambiental trata de procedimento administrativo pelo qual, a partir da solicitação do empreendedor ou responsável pela atividade, o órgão ambiental-competente licencia/autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

As principais diretrizes² para a execução do processo de licenciamento ambiental estão expressas na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) nas Resoluções CONAMA (nº 001/86, nº 237/97, dentre outras) e nos dispositivos legais estaduais aplicáveis ao tema. No tocante a definição de competências, foi publicada a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento.

Dada a complexidade das questões relacionadas aos empreendimentos hidroelétricos, seu processo de licenciamento é trifásico, composto necessariamente por três tipos de licença: prévia, de instalação e de operação. Cada uma refere-se a uma fase distinta do empreendimento e segue uma sequência lógica de encadeamento. As licenças não eximem o interessado da obtenção de muitas outras licenças e autorizações ambientais necessárias para o atendimento ao rigor previsto no arcabouço legal vigente, além de convênios com instancias federais, estaduais e municipais, dentre articulações e diálogo social e atendimentos as exigências de órgão e instituições

² Cada Unidade da Federação pode dispor de legislação ambiental própria. Essa legislação e suas atualizações podem ser consultada no órgão ambiental de cada estado ou na Secretaria de Meio Ambiente dos Municípios. No licenciamento ambiental federal poderão ser consultadas nos endereços eletrônicos do www.ibama.gov.br/licenciamento e dos demais estados.

envolvidos diretamente, ou não, no processo. Entre as instituições envolvidas diretamente no processo de licenciamento ambiental, podemos citar: Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e Ministério de Saúde para avaliação das áreas endêmicas de malária especialmente na região norte do Brasil. Para a obtenção de outras autorizações, outorgas ou permissões podem ser consideradas: Agência Nacional de Águas (ANA); Agentes do setor elétrico (ANEEL, CCEE, ONS, EPE); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM); Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); Comando Militar Aéreo (COMAR); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e; Exército, para manifestação nos processos de autorização de passagem e faixa de servidão, etc. Desse modo, perfazer o processo de tramitação para alguns empreendimentos, pode requerer a obtenção demais de 60 autorizações, somente na fase de licença prévia.

De forma geral, para a obtenção da Licença Ambiental, além do atendimento aos padrões ambientais estabelecidos, devem estar previstos os possíveis impactos ambientais negativos decorrentes da implantação do empreendimento e as medidas para que esses sejam corrigidos, mitigados e compensados. Visando a boa gestão do projeto ou empreendimento é necessário que sejam introduzidas práticas adequadas de gestão na operação, na perspectiva da contribuição específica do empreendimento à qualidade ambiental e à sua sustentabilidade.

O processo de licenciamento ambiental, em qualquer das suas etapas, é inteiramente custeado pelo empreendedor. Ele deve assumir o ressarcimento ao órgão licenciador por todos os custos envolvidos no processo administrativo, na elaboração dos estudos técnicos e na execução de planos e programas de controle ambiental, além das compensações sociais e ambientais aplicáveis.

A Licença Prévia, concedida mediante avaliação dos estudos técnicos e ambientais exigidos, é expedida na fase de planejamento e concepção de um

novo empreendimento ou atividade, contendo os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo. Sua concessão depende das informações sobre a concepção do projeto, sua caracterização e justificativa, a análise dos possíveis impactos ao ambiente e das medidas que serão adotadas para o controle e mitigação dos riscos e impactos ambientais previstos.

É importante considerar que o licenciamento ambiental é o instrumento capaz de formalizar o papel pró-ativo do empreendedor, garantindo aos detentores das licenças o reconhecimento público de que suas atividades serão realizadas com a perspectiva de promover a qualidade ambiental e sua sustentabilidade.

A fase decisiva para que um aproveitamento hidrelétrico inicie seu processo de licenciamento precede a licença prévia, vez que, a empresa interessada no desenvolvimento do aproveitamento hidrelétrico precisa atender aos critérios técnicos e previsão da viabilidade de eixos disponibilizados para estudo pela ANEEL. Atualmente, é exigido amplo debate para o processo de decisão tendo em vista que parte da carteira de projetos inventariados pela EPE, ou com registros disponíveis para desenvolvimento pela ANEEL indicam a necessidade de desafetação de áreas especialmente protegidas ou sobreposição com territórios de comunidades tradicionais indígenas e/ou quilombolas.

“ Por fim, as usinas hidrelétricas ainda representam um vetor importante de ampliação de oferta de energia elétrica no Sistema de Interligação Nacional (SIN). A maior parte do potencial ainda a aproveitar se encontra na região norte e traz com ele uma série de desafios a serem superados, principalmente de caráter ambiental, para sua utilização na expansão de oferta de energia elétrica. O trade-off entre a segurança operativa (historicamente garantida pelos reservatórios de usinas hidrelétricas), as restrições socioambientais para a construção de novas UHE's e a emissão de gases é um tema que precisa ser debatido pela sociedade”. (PDE, 2017)³

³ Plano Decenal de Energia, 2017

É possível perceber que há um esforço para fortalecer o diálogo governo x sociedade civil visando o atendimento das expectativas à demanda energética nacional de forma a promover o desenvolvimento econômico com sustentabilidade social e ambiental. A reação ao diálogo, em alguns processos resulta na clausura de suposições e imposição de premissas ou ideologias que se sobrepõem ao real alcance de resolução no âmbito setorial, tendo em vista que se traduz na necessidade de sustentabilidade e no desenvolvimento regional associado a inserção de um único empreendimento, a exemplo dos projetos hidrelétricos.

O Setor Elétrico Brasileiro (SEB), atualmente, espera promover a antecipação do debate de modo que o seu resultado possa vir a contribuir para a decisão sobre a viabilidade dos projetos ainda na fase do planejamento do setor, de maneira mais direta, influenciando a composição das estratégias de manutenção da matriz energética derivada do Planejamento Setorial, fase anterior ao licenciamento ambiental.

A etapa de licenciamento ambiental é vista como uma janela de oportunidade para solução de adequação de políticas públicas regionais no curto prazo, além da oportunidade de escuta e debate social, que se traduz em contrapartida, condicionado à deliberação dos empreendimentos.

Especialmente projetos hidrelétricos no Brasil, o processo é considerado até hoje um grande obstáculo, para a expansão da capacidade de geração de energia elétrica, tendo em vista que, nos últimos 10 anos a análise das questões sociais e ambientais absorveram, no contexto da análise dos impactos negativos, as ausências de políticas públicas de competências do estado brasileiro que, paulatinamente, vem sendo repassada esta responsabilidade literal como exigência ou pré-requisito para deliberação sobre a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Estratégias para otimizar processos e procedimentos vinculados ao licenciamento ambiental foram adotadas que no sentido de fortalecer a estrutura dos órgãos competentes pelo licenciamento e demais instituições envolvidas: a partir de 2004 foram promovidos concursos públicos para o IBAMA, e; a partir de 2011 revisadas ou editadas novas portarias interministeriais e instruções normativas⁴.

O atual desafio é: como internalizar a estratégia de responsabilização compartilhada, resguardadas as devidas competências de modo a não favorecer a concorrência sistemática das instituições envolvidas no processo, sobre a quem, de fato e de direito compete sobre a decisão do licenciamento ambiental.

O propósito é de manter como objetivo a harmonia na gestão pública minimizando a concorrência entre as diversas instancias, ou seja, administrar compromissos para o desenvolvimento econômico e social, considerando, as questões socioambientais, tecnológicas e estratégicas, fortalecendo a integração entre as políticas setoriais envolvidas.⁵

Com referência a legislação vigente⁶, no que tange a exigência dos órgãos ambientais, para antecipação da desafetação de áreas especialmente protegidas, com vistas a realização dos estudos técnicos de engenharia e de impacto ambiental, é possível perceber que o atual arcabouço legal não prevê qualquer disposição que impeça ou limite a realização de estudos dessa natureza, além disso a realização de estudos, não apresenta potencial de afetar uma Unidade de Conservação a ponto de inviabilizar os atributos que justificaram a sua criação.

⁴ Portaria Interministerial nº 421/2011; Portaria nº 419/2011; Portaria Interministerial nº 60/2015; Instrução Normativa FUNAI nº 02/2015; Instrução Normativa FCP nº 01/2015; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015, resoluções CONAMA e Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, dentre outros normativos.

⁵ Portaria Interministerial nº 60, de 25 de março de 2015; Instrução Normativa FUNAI nº 2, de 25 de março de 2015; Instrução Normativa FCP nº 1 de 25 de março de 2015; Instrução Normativa IPHAN nº 1, de 25 de março de 2015.

⁶ Lei do SNUC (Lei 9.985/2000, Art 22. Art. 22.)

De fato, a partir da conclusão dos estudos técnico e ambientais e consequente definição do melhor arranjo físico, é possível dimensionar a área a ser afetada, com melhor delimitação, bem como dos impactos associados à intervenção direta do empreendimento no território. No entanto, como ainda não há regulamentação específica para desafetação das áreas, que propicie harmonização de procedimentos em prol de maior segurança jurídica para a análise e continuidade do licenciamento ambiental, os processos são paralisados até que sejam decorridos o tramite de discussão das propostas de Projeto de Lei e sua efetiva aprovação na Câmara Legislativa. Esses podem ser processos demorados ou mesmo não chegar a nenhuma decisão sobre o licenciamento ambiental.

Atualmente, encontra-se em discussão nacional na Câmara dos Deputados a Lei Geral de Licenciamento Ambiental⁷. Há requerimento de urgência para sua votação, mas não há consenso para sua tramitação no Governo entre representantes setoriais, da sociedade civil e de Membros do Parlamento. Após apresentação de diversos substitutivos, o texto ainda carece de discussão para seu aperfeiçoamento e para o alinhamento das expectativas dos diversos setores, especialmente do Ministério de Minas e Energia, porque não reflete suas expectativas de ganhos em termos de celeridade, racionalidade, eficiência, transparência e objetividade, tornando o processo de licenciamento ambiental mais burocrático e custoso.

De forma geral a proposta de PL ainda não corresponde a uma alternativa que apresenta elementos harmônicos que visem segurança técnica e jurídica para a decisão final sobre o licenciamento de atividades estratégicas que impulsionam as atividades setoriais que podem vir a consolidar resultados econômicos expressivos em decorrência da sua operação.

A situação desde 2004, é que a proposta de consolidar a complexidade do licenciamento ambiental a partir da construção de uma Lei Geral vem

⁷ Projeto de Lei nº 3729/2004

absorvendo algumas melhorias, no entanto, dada a complexidade do assunto, vários foram os elementos de conflito observados:

- Embora detalhista, o texto remete para regulamentação do CONAMA a decisão para definir o conteúdo dos estudos do licenciamento e critérios de enquadramento (grau de relevância, porte e potencial poluidor) – como sairá a decisão e em qual prazo? Observação: o CONAMA é um órgão multisetorial, com representantes de vários segmentos da sociedade civil e setorial, cuja representação do Governo não garante em voto a discussão das prioridades de desenvolvimento do estado brasileiro;
- Inserir a matriz de enquadramento em lei engessa o processo de licenciamento, dada a dinâmica das atividades econômicas;
- Não está claro que os avanços de processos simplificados de licenciamento estarão garantidos, considerando algumas tipologias já tem procedimento estabelecido a previsão poderia se configurar em retrocesso; ausência de clareza nos critérios para emissão de 2 licenças, nos processos que contemplam EIA-RIMA levam a necessariamente serem licenciados pelo rito trifásico;
- Falta de clareza na definição de conceitos, procedimentos e atribuições – excesso de subjetividade que alimenta incerteza e insegurança jurídica;
- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) não é oportuno tratar no âmbito da Lei Geral de Licenciamento, tão pouco que a obrigatoriedade de fazê-lo seja setorial ou necessite de aprovação do Órgão Ambiental por se tratar de elemento de planejamento que não pode ser requisito no licenciamento de obras ou empreendimento: quem? Conteúdo? A partir de que momento? Renovação de LO pode trazer novas condicionantes e revisões de projeto instalados e em operação sob condições legais nem sempre possíveis de adequação sem o tempo devido para a transição (contrato);

- Condicionantes ambientais não cumpridas implicam em caducidade de concessão e bloqueio de financiamentos; Descumprimento de condicionantes prevê execução extrajudicial de obrigações (serviços, ações, obras);
- Criação da licença de operação corretiva, onde empreendimentos antigos não licenciados podem ser eventualmente desmobilizados;
- Seguros, garantias e fianças são critérios de riscos de negócio, a critério não representa melhoria ambiental para serem avaliados, portanto a instituição dessa finalidade com conotação de obrigatoriedade na lei geral de licenciamento não representa vínculo com a questão.

De forma similar, a melhoria das condições de saneamento sem vinculação com as tipologias correlatas pode trazer uma errada interpretação, fazendo dessa indicação uma transferência de responsabilidade; 98% dos licenciamentos são realizados nos estados – mudanças de procedimentos e conceitos podem travar várias atividades econômicas no país.

É notado o desafio em estabelecer legislação de consenso, principalmente pela complexidade do assunto e relevância da aplicação de novo regramento ao arcabouço legal vigente. No contexto dos estudos técnicos exigidos especialmente para elaboração de estudos de impacto ambiental, a legislação prevê as diretrizes básicas⁸ e algumas propostas são debatidas como elementos agregadores e vinculantes as atividades a serem licenciadas a exemplo dos temas exigidos para composição de Termo de Referência (TR) específicos.

O atendimento ao TR, na análise proferida pelos órgãos ambientais, priorizam a análise do diagnóstico ambiental em detrimento dos resultados indicados na matriz de impacto, o que de fato contribui para uma distorção do princípio de análise em desacordo com as diretrizes preestabelecidas, quais sejam: *análises dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas,*

⁸ Resolução CONAMA nº 001/86.

através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais. (Resolução CONAMA nº 001/86).

Dado ao exposto a reflexão gira em torno de: a revisão do arcabouço legal substitui o conhecimento técnico e a gestão governamental para viabilizar a implantação de projetos de infraestrutura importantes e estratégicos? É importante que a composição de analistas ambientais tenha formação ou especialização coerentes com os projetos que detenham a responsabilidade de análise? A certificação de procedimentos seria uma ferramenta de redução da discricionariedade aceitável no processo de análise? A premissa do amplo debate promoverá a responsabilidade compartilhada sobre a decisão do não fazer? É importante a decisão estratégica do estado brasileiro em deliberar sobre a execução de empreendimento visando a segurança energética? Cabe a fase de licenciamento ambiental concentrar a decisão e o debate sobre o atendimento a políticas públicas vinculadas a responsabilidade de outros setoriais?

2.2. Meio Socioeconômico: estudos e programas

Dada as características da tipologia e do porte do empreendimento hidrelétrico é adotado no processo de licenciamento ambiental a necessidade de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e seu Respetivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA). A elaboração dos estudos ambientais é norteada pôr Termo de Referência Especifico que visa no seu referencial orientar quais levantamento de informações serão importantes em conteúdo no Diagnóstico Ambiental, Avaliação da Matriz de Impacto e nas proposições de ações de mitigação e de compensação social e ambiental.

Usualmente, as áreas de influência são definidas considerando: as características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas

ambientais e territórios a serem estudados; as características técnicas e operacionais da tipologia de geração; a área de inundação do reservatório na sua cota máxima acrescida da área de preservação permanente (APP) e outras áreas contínuas de relevante importância ecológica acrescidas das áreas situadas a jusante da barragem.

Em atendimento a legislação ambiental vigente são atribuídos e conceituadas como áreas passíveis de estudos: área de influência indireta, área de influência direta; área diretamente afetada e área de abrangência regional, para o caso do licenciamento ambiental de empreendimentos estruturantes.

Para os estudos socioeconômicos, é considerada também a área do município necessária para a implantação do projeto dentre outras localidades a jusante da barragem, numa faixa a ser definida pelo estudo, considerando o impacto nas comunidades ribeirinhas.

A exigência perpassa sobre a necessidade de apresentação, no contexto do EIA e RIMA, especialmente para a área de influência indireta, de avaliação ampla que margeia desde *os principais usos do solo e a paisagem por meio de análise descritiva e mapeamento, contemplando aspectos que envolvam áreas urbanas e de expansão, culturas sazonais, permanentes, pastagens naturais e/ou cultivadas, matas e outras tipologias de vegetação natural, bem como, outros tipos introduzidos, práticas de conservação do solo, infra-estrutura existente quanto ao sistema viário, pontos de travessias, unidades de conservação, estrutura fundiária indicada segundo o módulo fiscal local, as áreas de colonização ou ocupadas sem titulação, bem como áreas ocupadas por populações tradicionais.*⁹

Para avaliação no contexto da área de influência direta é também exigida a realização de pesquisa socioeconômica, a partir do levantamento de dados primários e secundários, entrevistas qualificadas, cujo resultado deve aferir

⁹ Termo de Referência dos aproveitamentos hidrelétrico do Rio Madeira, IBAMA. Setembro de 2004.

elementos para que se utilizando de indicadores básicos de dinâmica populacional e de infraestrutura existente, avaliar a tendência de crescimento da área urbana x rural, e o quanto o aproveitamento hidrelétrico poderia vir a intervir.

A disponibilização e análise de toda a série de informações no EIA e RIMA depreende um esforço significativo das equipes técnicas que compõem tais estudos, sendo necessária especialmente para as áreas de diretamente afetadas a análise do conjunto das propriedades em comunidades urbanas e rurais, considerando também: proprietários não-residentes para auxiliar definindo na definição dos padrões de ocupação; as condições de habitação; tamanho das propriedades; o regime de posse e uso da terra; o nível tecnológico da exploração, quando presente atividades; o tipo de construções; benfeitorias e equipamentos disponíveis; atividades econômicas desenvolvidas; a estrutura da renda familiar; valoração das terras e de suas benfeitorias; a participação das comunidades em atividades comunitárias e de associativismo, bem como da sua interface e relação com o recurso hídrico na área de influência do empreendimento.

A envoltória do reservatório e de suas ilhas, quando existentes, para sua delimitação que devem contemplar, além dos resultados da modelagem hidráulica, as áreas de preservação permanente, segundo os critérios da Resolução Conama No.302/02 e demais instrumentos pertinentes.

Especialmente para o mapeamento da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, é exigida que os estudos *“e levantamentos realizados na AID e ADA para esta componente devem permitir avaliar a capacidade de suporte da infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos, de modo a inferir, por meio de projeções, a necessidade de incremento capaz de garantir os direitos sociais e a qualidade de vida, considerando os cenários potenciais de aumento populacional”*.¹⁰

¹⁰ Termo de Referência do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, IBAMA. Dezembro de 2007.

Para caracterizar o uso e ocupação do solo, no contexto do estudo socioeconômico, é também apresentado o zoneamento existente com a caracterização das áreas urbanas e de sua expansão, das áreas rurais e industriais enquadradas segundo a classificação prevista nos Planos Diretores, quando existentes, ou outros documentos legais e normativos de mesmo valor.

Estas informações, dentre muitas exigidas se constituem em fonte de referência importante que também poderão permitir o conhecimento dos equipamentos urbanos e infraestruturas passíveis de serem “afetados” pela instalação e operação de um empreendimento hidrelétrico, que por ventura sejam passíveis de realocação e/ ou indenização.

Estas informações se traduzem na composição do Projeto Básico Ambiental por meio de Planos e Programas diversos. No caso particular, a exigência de Plano de Atendimento à População Atingida é considerado como um instrumento integrador da relação dos diversos impactos sociais previstos com a função de promover a justa compensação e reparação, de modo a reduzir impactos através da escolha de soluções compatíveis com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais famílias e indivíduos atingidos em função do deslocamento compulsório (físico-territorial); por perdas econômicas mediante a ruptura de suas atividades produtivas; pelo comprometimento dos vínculos sociais (comunitários, familiares, de vizinhança, de compadrio etc.); e pela perda dos equipamentos sociais ou da infraestrutura até então disponível..¹¹

No Brasil, o licenciamento ambiental alavancou a partir de decisões fazer empreendimentos de relevante interesse social um círculo de diálogo social, que não se esgota por si. É observado que toda a estrutura dos estudos técnicos e levantamentos de informações necessários, retratam uma evolução na construção do diálogo e do reconhecimento de direitos para populações atingidas, no entanto por se tratar de um novo espaço de debate instituído para definição de adoção de políticas públicas em atendimento ao impacto social

¹¹ Projeto Básico Ambiental – Versão Final – Set/2011

provocado pela realocação compulsória, estes notadamente agregam insatisfações e passivos históricos.

Na busca da construção de pontos de convergência que possam mitigar a obrigatoriedade de realocação, diversos aspectos abordando as estruturas de organização social, segurança e subsistência são considerados, mesmo assim na transformação dessa estrutura social são evidenciados incertezas, tensões, conflitos e insegurança quanto à insegurança e ansiedade permanente com relação ao futuro, configurando as premissas que Scudder (1992) denominou de Stress Multidimensional de Relocalização, ou seja, as consequências fisiológicas, psicológicas e sócio-culturais que grandes projetos produzem nas populações atingidas. (apud Catullo, 1992). Tais cenários podem estar relacionados à ausência de conceitos e diretrizes que assegurem as comunidades atingidas confiança na relação de impactos negativos x benefícios, além de maturidade, interesse e conhecimento para a tomada de decisão relativas as propostas legalmente aplicáveis.

2.3. Realocação Populacional: critérios de elegibilidade

A partir da reforma do sistema político onde foi aberto o espaço de participação social na definição da agenda e da formação de políticas públicas no Brasil, foi impulsionado o processo de descentralização tendo como vertente a transferência de atribuições e recursos dos entes federados maiores, União e Estados, para os entes federados menores, da União e dos Estados para Estados e Municípios (ARRETCHE, 1999), ou seja, as ações puderam ser desenvolvidas de forma direta, através de órgãos públicos, agências e empresas estatais, ou indireta por meio de licitações, contratações ou concessões a empresas privadas ou organizações sociais (PASE, 2012).

A necessidade de relocação compulsória de populações para implantação de empreendimentos hidrelétricos remota a instalação da UHE Ribeirão do Inferno (afluente do rio Jequitinhonha) em 1883 em Diamantina

(MG) cujo projeto apresentava potência de 0,5 MW de potência e 2 km de linhas de transmissão (PASE et ali, 2017). Ao longo dos anos com necessidade de expansão da geração de energia para o atendimento do desenvolvimento industrial e social diversos outros projetos foram instalados, e a partir da década de 70, respeitados e aperfeiçoados os critérios de elegibilidade e indenizações.

No Setor Elétrico, a ELETROBRAS em 1986 publicou o *Manual de estudos e efeitos ambientais dos sistemas elétricos*, constando de um roteiro básico para os estudos ambientais, sendo refletido a importância das novas orientações para o tratamento junto ao reassentamento das populações atingidas, a *UHE Itá, na bacia do rio Uruguai pode ser considerada como marco para análise do remanejamento populacional, especialmente pela homologação de um acordo histórico assinado em 29 de outubro de 1987 entre a ELETROSUL e a (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB, futuramente, MAB)* (REBOUÇAS, 2000).

Observados os princípios da Política Nacional de Habitação (PNH, 2004) que no contexto geral objetiva assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, elegendo parte dos seus investimentos em programas especiais elegidos em prol das características do déficit habitacional e infraestrutura urbana junto a população de baixa renda, no âmbito do licenciamento ambiental, após a viabilidade ambiental e locacional do projeto e antes da emissão da licença de instalação é pré-requisito a aprovação do órgão licenciador do Plano de atendimento à População Atingida pressupõem uma diversidade de programas e projetos, a exemplo da exigência adotada no processo da UHE Belo Monte¹²:

- *Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural: Projeto de Regularização Fundiária Rural; Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias; Projeto de*

¹² ¹² Projeto Básico Ambiental – Versão Final – Set/2011

Reassentamento Rural; Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes; Projeto de Reparação.

- *Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais: Projeto de Apoio à Pequena Produção e Agricultura Familiar; Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes; Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais; Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal.*
- *Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural: Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária; Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial; Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento; Projeto de Relocação de Cemitérios.*
- *Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias Na Área Urbana: Projeto de Regularização Fundiária Urbana; Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas; Projeto de Reassentamento Urbano; Projeto de Reparação.*
- *Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas: Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas; Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras.*
- *Programa de Acompanhamento Social: Projeto de Atendimento Social da População Atingida; Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs.*
- *Programa Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer: Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer; Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer.*
- *Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais: Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação;*

- *Projeto de Recomposição/Adequação dos Equipamentos e Serviços de Saúde; Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos.*

Desta forma fica evidente que os impactos ambientais e sociais, destacadas as compensações relacionadas a recomposição de moradia e das atividades econômicas, dentre outras são contempladas no processo de licenciamento ambiental representado nos estudos do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) conforme previsto na Resolução do CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, dentre outros instrumentos normativos e legais aplicáveis, refletidos nas respectivas medidas de mitigação e compensação do Projeto Básico Ambiental, no entanto, estas atendem a necessidades e direitos materiais que não substitui o sofrimento e as incertezas decorrentes da implantação dos empreendimentos (MAGALHÃES, 2007; NÓBREGA, 2011, p. 131).

O marco regulatórios que norteiam a questão do reassentamento de populações dada as dimensões socioambientais, a partir de meados da década de 1970, foi consolidado à luz da Constituição Federal previsto no Artigo 5º que dispõe sobre a função social das propriedades, do Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira – Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Art. 184-191) e do Título VIII: Da Ordem Social – Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Art. 225).

Posteriormente atribuídas a esta dimensão o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), o Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública) e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos). Também o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que normatizou procedimentos importantes a exemplo da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental) e a Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006 (Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária), dentre muitas.

Do ponto de vista processual, os direitos da população realocada, passa pelo crivo dos critérios de elegibilidade previstos, no Decreto Federal nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que Instituiu o *cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica*, que deve ser elaborado pelo responsável, no âmbito do processo de licenciamento ambiental. O Cadastro aprovado pelo Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, deve contemplar:

.....

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;

III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

A negociação é direta entre os agentes sociais envolvidos, sob acompanhamento da celebração de um Termo de Acordo, pelo Órgão Licenciador, baseado na negociação e no acordo entre as partes considerando dentre outros normativos, a elaboração de *Elaboração de Cadernos de Preços de Terras Nuas (Imóveis Rurais e Benfeitorias – Construções e Instalações e Produções vegetais, para subsidiar as avaliações de imóveis rurais localizados em faixas de segurança do reservatório* e outros referidos nos polígono de interesse do projeto.¹³

Além do caderno de preços são usualmente consultados visando a elaboração do Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas:

- o Decreto Federal nº 7.342, de 26 de outubro de 2010 Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica;
- a Norma para avaliação de imóveis urbanos IBAPE/SP – 2005 (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo); Norma ABNT - NBR 14.653 Partes 1 e 2 (Avaliação de Bens Imóveis e Empreendimentos);
- a Resolução ANEEL 279, de 11 de setembro de 2007, que estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão

¹³ INVESTCO, Termo de Referência para contratação de serviços para Elaboração de Cadernos de Preços de Terras Nuas (Imóveis Rurais e Benfeitorias – Construções e Instalações e Produções vegetais, para subsidiar as avaliações de imóveis rurais localizados em faixas de segurança do reservatório e outros do interesse da UHE Luis Eduardo Magalhães, no estado do Tocantins – 2008.

e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.

Atualmente, o principal critério de elegibilidade é estar registrado no cadastro socioeconômico, sendo atendidos, sem exceção, proprietários de áreas regularizadas e irregulares, inquilinos, moradores em casas cedidas e outras formas de ocupação, que dada a peculiaridade do empreendimento.

No Quadro 1 a seguir estão destacados a síntese de critérios observados e discutidos com as comunidades no *Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas* da UHE Belo Monte – Projeto Básico Ambiental, com especial destaque aos Critérios de Elegibilidade Tipo de Ocupação do Imóvel e do Benefício proposto e as relação preliminar de alternativas de atendimento que poderão ser apresentadas às famílias atingidas na área urbana de *Altamira*.

QUADRO 1: Critérios de Elegibilidade Tipo de Ocupação do Imóvel e do Benefício. (Fonte: *Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte. Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas. QUADRO 4.4.2.8- 3 Critérios de Elegibilidade Tipo de Ocupação do Imóvel e do Benefício*)

<i>Tipo de Ocupação do Imóvel</i>	<i>Benefício</i>
<i>Proprietários de residências que moram no imóvel</i>	<i>Indenização pelo valor de mercado ou unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis, ou Lote Urbano ou Rural.</i>
<i>Inquilinos residenciais</i>	<i>Indenização correspondente a 12 meses de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis; ou avaliação da viabilidade de facilitação ao acesso, a unidade habitacional mediante financiamento pelo inquilino com prestações equivalentes ao valor do aluguel.</i>
<i>Proprietários que não moram no imóvel</i>	<i>Indenização pelo valor de mercado do imóvel</i>
<i>Posseiros</i>	<i>Unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis</i>
<i>Ocupação de imóveis cedidos e</i>	<i>Indenização correspondente a 12 meses</i>

<i>ocupados</i>	<i>de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis</i>
<i>Famílias agregadas e famílias conviventes *</i>	<i>Unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis</i>
<i>Proprietários de imóveis comerciais</i>	<i>Indenização pelo valor de mercado do imóvel, auxílio mudança, armazenamento de móveis e pagamento de lucro cessante</i>
<i>Proprietários de imóveis comerciais alugados</i>	<i>Indenização pelo valor de mercado do imóvel</i>
<i>Inquilinos de imóveis comerciais</i>	<i>Auxílio aluguel pelo período de 6 meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis, lucro cessante</i>
<i>Proprietários de indústrias e olarias</i>	<i>Indenização dos imóveis pelo valor de mercado, armazenagem de móveis e equipamentos, auxílio mudança, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial</i>
<i>Inquilinos de imóveis industriais e olarias</i>	<i>Auxílio aluguel pelo período de 6 meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis e equipamentos, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial</i>
<i>Trabalhadores de indústria, comércio e serviços que moram nos respectivos imóveis</i>	<i>Elaboração de diagnóstico com base no cadastro para definição dos critérios de elegibilidade, considerando a possibilidade de recomposição da atividade e das condições existentes.</i>

**Famílias agregadas = família sem grau de parentesco moradora no mesmo domicílio que a família principal; Famílias conviventes = família com grau de parentesco, moradora no mesmo domicílio que família principal.*

O Quadro 2, a seguir apresenta uma relação preliminar de alternativas de atendimento que foram discutidos junto às famílias atingidas na área urbana de Altamira.

QUADRO 2: Alternativas para Indenização e Aquisição de Terras. (Fonte: Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte. Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas. QUADRO 4.4.2.8- 4. Relação preliminar de alternativas de atendimento que poderão ser apresentadas às famílias atingidas na área urbana de Altamira.)

Alternativas	Descrição

1. Unidade habitacional construída pelo empreendedor	Reassentamento em lote urbano com unidades habitacionais de 60m ² de área construída, com dois ou três dormitórios, sala/cozinha, banheiro, área de serviço etc. Esta área poderá variar dependendo da composição familiar.
2. Reassentamento de Assistência Social	Reassentamento em condições especiais: pessoas em situação de risco social, dependentes químicos, deficientes físicos ou mentais, casais de terceira idade etc., sem amparo previdenciário ou familiar. Nestes casos o reassentamento poderá ser realizado de forma conveniada com programas assistenciais do Estado.
3. Aluguel social	Pagamento em dinheiro de um auxílio-aluguel para a família residir de forma transitória enquanto aguarda a solução habitacional definitiva.
4. Lote Urbano	Auxílio à compra de lote urbano e o valor em dinheiro de uma unidade habitacional de 60m ² . (Proprietários residentes)
5. Lote Rural	Reassentamento para área rural, com infraestrutura adequada, de opção do morador. (Proprietários residentes no imóvel)
6. Indenização	Pagamento em dinheiro do valor de reposição do imóvel a ser removido e suas benfeitorias.
7. Carta de Crédito	Compra de unidade habitacional diretamente pelo beneficiário que recebe um instrumento de garantia de crédito e prazo de liberação dos recursos, que o habilita a assinar um termo de compromisso de compra com o proprietário do imóvel eleito. Para pessoas com renda máxima de 10 salários mínimos.
8. Bônus Mudança	Pagamento em dinheiro de um valor correspondente aos gastos de mudança e um período de aluguel de uma residência popular. Este valor deverá ser calculado com base nas necessidades de cada caso.

A inexistência de regulamentação específica para o estabelecimento de requisitos e obrigações a serem atendidos pelos atores envolvidos permite que o instrumento da livre negociação para valoração das compensações e indenização fiquem à margem de barganhas ou insatisfações, dada a subjetividade e a discricionariedade das decisões para a celebração de um acordo, uma vez que depende da avaliação caso a caso, sem o tempo necessário à maturação das alternativas propostas, provocando delongas. É corrente observar que mesmo balizadas em informações prévias, disponibilizando moradias e equipamentos públicos ainda margeiam para a sociedade incertezas quanto ao atendimento aos direitos e deveres das populações atingidas.

O Ministério das Cidades, quando do lançamento da Política Nacional de Habitação (PNH), no intuito de promover o debate das políticas públicas, considerou importante a Participação e o Controle Social para construção de Programas Urbanos, Habitação, Saneamento, Transporte e Mobilidade Urbana e Trânsito. Com este intuito convidou a sociedade a uma reflexão sobre os rumos destas políticas públicas que deveriam adotar *critérios da justiça social, transformando para melhor a vida dos brasileiros e propiciando as condições para o exercício da cidadania*. (MCID, 2004).

3. MÉTODOS

3.1. Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa é de caráter descritivo, utilizando-se de extensa pesquisa bibliográfica para avaliar e fundamentar a discussão, focada na dificuldade por parte do gestor público em recepcionar determinadas obras de infraestrutura, especialmente no que se refere a consolidação e absorção de novos espaços urbanos à dinâmica de gestão municipal. Destaca-se também a responsabilização do concessionário de energia elétrica para execução e gestão de obras, como exigência do processo de licenciamento ambiental se

configurando em repasse de competências do estado brasileiro para o setor privado.

Por tanto, esta pesquisa é, além de descritiva, explicativa. Este trabalho tem como objetivo discutir o problema apresentado, e lançar luz aos fatores que subsidiam e contribuem para a ocorrência das questões relacionadas ao remanejamento e realocações de populações ocasionadas pela implementação por empreendimentos de infraestrutura hidrelétrica.

A pesquisa utilizará os seguintes meios:

- bibliográficos, fundamentando-se no referencial teórico desenvolvido publicado no âmbito acadêmico, os quais abordam questões pertinentes ao objeto de estudo;
- documentais, por meio da utilização de documentos publicados pelo empreendedor, além de Leis, Resoluções e outros instrumentos normativos publicados no âmbito do Governo Federal como fonte de dados;
- telematizados, através de consultas a informações adquiridas através da internet.

3.2. Fonte de dados

Para fontes primárias de dados foram exemplificados os dados de programas Programa de Indenização e Remanejamento exigidos no âmbito do processo de licenciamento ambiental para alguns empreendimentos hidrelétricos, ora contextualizados, uma vez que permanece estagnado o poder de resposta do estado (União, Estado e Município) frente aos investimentos alocados pelo empreendedor que poderiam resultar em parcerias e proposições de melhoria da gestão para a melhoria do índice de desenvolvimento local.

Para dados secundários, foi avaliado a legislação aplicada ao licenciamento ambiental e procedimentos adotados, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de

Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros relacionados ao tema, para contribuir com uma visão associada e não unilateral do problema social e habitacional que resultam no cumprimento e forma de mitigação, compensação ou de indenização de passivos existentes ou não, em função da instalação de empreendimentos de infraestrutura de geração hidrelétrica.

4. RESULTADOS

A robustez do Setor Elétrico Brasileiro é reflexo de um extenso aprendizado do setor público cuja experiência e pioneirismo servem como referência para as propostas de regulação atualmente aplicadas para o setor privado (concessionários e permissionários). A credibilidade do Setor Elétrico e o respaldo, a partir do novo modelo do setor elétrico, são reflexo do alto investimento do setor privado no exigente mercado brasileiro. A definição de regras claras para o estabelecimento da política energética de curto, médio e longo prazos, para a qual estão definidos os papéis e as responsabilidades dos agentes, contribui na garantia do atendimento as demandas requeridas, conforme destacado na Tabela 1 e no Gráfico 1, os quais expõem a Matriz de Capacidade Instalada.

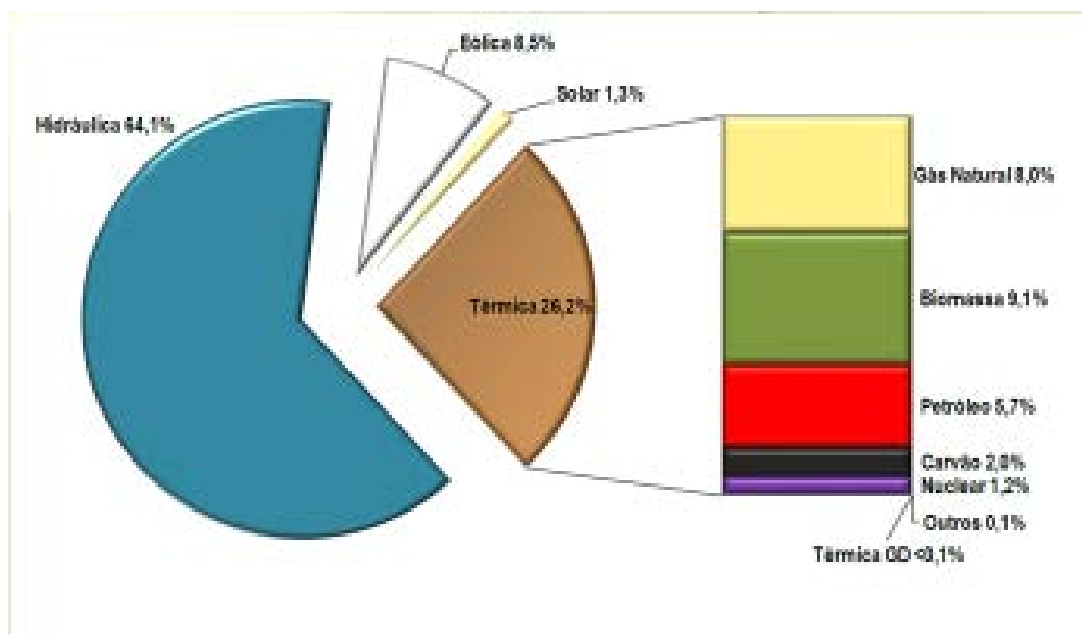


Gráfico 1. Matriz de Capacidade Instalada (Fonte: MME/SPE, 2018.)

Tabela 1. Matriz de Capacidade Instalada (Fonte: MME/SPE, 2018.)

Fonte	Nov/2018	
	Nº Usinas	Capacidade Instalada (MW)
Hidráulica	1.426	103.623
UHE	218	97.874
PCH + CGH	1.146	5.883
CGH GD	62	58
Térmica	3.165	42.308
Gás Natural	168	12.890
Biomassa	563	14.744
Petróleo	2.258	9.244
Carvão	22	3.262
Nuclear	3	1.990
Outros	30	150
Térmica GD	122	36
Eólica	614	13.744
Eólica (não GD)	557	13.734
Eólica GD	57	10
Solar	48.177	2.078
Solar (não GD)	2.267	1.614
Solar GD	45.910	465
Capacidade Total sem GD	7.231	161.185
Geração Distribuída - GD	46.151	566
Capacidade Total - Brasil	51.382	161.751

A evolução da matriz elétrica brasileira para os próximos 10 anos, (Gráficos 2) permanece com um horizonte desafiador na busca pela manutenção da liderança de fontes limpas na sua composição, que agregadas as fontes alternativas representam o equivalente a 82% da matriz.

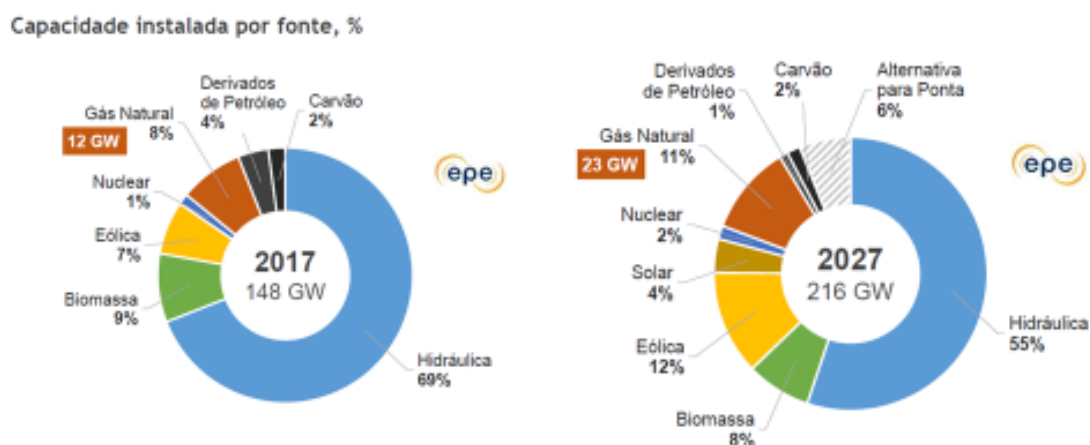


Gráfico 2. Evolução da matriz elétrica brasileira – PDE 2027 (Fonte: MME/SPE, 2018.)

Resguardados os impactos negativos são notórios os benefícios sociais alavancados pela implantação de usinas hidrelétricas, que além de fundamentais para a segurança do sistema elétrico nacional são a principal fonte de energia firme do país e com largo potencial ainda a ser explorado. São empreendimentos que contribuem largamente na ampliação de possibilidades voltadas para: desenvolvimento regional, geração de emprego, criação de renda, qualificação profissional, incremento de infraestrutura e crescimento do dinamismo socioeconômico.

Nas décadas mais recentes, a preocupação com a componente social e ambiental norteou a necessidade de busca por aprimorar ainda mais a sustentabilidade dos seus empreendimentos, sobretudo dos hidrelétricos. As ações e investimentos aportados nas ações de sustentabilidade ambiental no território vem sendo acrescido significativamente e permeia ações:

capacitação, saúde, educação, infraestrutura local e regional, programas ambientais, saneamento, urbanização, dentre outros.

As informações decorrentes das atividades de acompanhamento e monitoramento do Ministério de Minas e Energia, com destaque para o empreendimento estruturantes a seguir destacados, apontam que além das obrigações relativas a compensações financeira pela utilização dos recursos hídricos e a compensação ambiental, os investimentos decorrentes de compensações sociais (antecipatórias ou não) se caracterizam como vultuosos e importantes para o desenvolvimento do território, a considerar que somente no Rio Madeira as usinas de Santo Antônio e Jirau aplicaram mais de R\$ 3,2 bilhões reais para atendimento as exigências adotadas.

4.1. Usina Hidrelétrica Belo Monte

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem arranjo especial de suas instalações conforme representado na *FIGURA 1.2-1 - Arranjo geral da UHE Belo Monte segundo Projeto Básico de Engenharia (NESA, 2010)*.

Com reservatório de 516 m², aproveita cerca de 90 m de desnível natural existente ao longo de 150 km da Volta Grande do Xingu, entre a cidade de Altamira e as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, respectivamente situadas nos municípios de Vitória do Xingu e Anapu, a partir de onde o rio já passa a sofrer influências do rio Amazonas e da maré, assim representados:

- Sítio Belo Monte, na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica e a cerca de 10 km a jusante da interseção do rio Xingu com essa rodovia, no local denominado Belo Monte. Nesse sítio estão construídos a Casa de Força e a Tomada de Água Principais e o Canal de Fuga, com fechamento do Reservatório Intermediário por barragens, em particular a Barragem de Santo Antonio.

Mapa de planejamento geral das estruturas da UHE Belo Monte. O mapa mostra o curso do rio Araguaia, com as barragens de São João, São Manoel e São Francisco. As áreas de reservatório são destacadas em azul. A legenda indica: Usina Hidrelétrica, Barragem, Área de Reservatório, Usina Hidrelétrica, Barragem, Área de Reservatório, Usina Hidrelétrica, Barragem, Área de Reservatório. A escala é de 0 a 40 km.

Especialmente sobre o acompanhamento das ações do Projeto Básico Ambiental (5º Relatório, Item 5.1.7), para a requalificação urbana e Reassentamentos no Município de Altamira. desde o ano de 2011, foram construídas 3.700 casas em reassentamentos urbanos coletivos (RUC's) com infraestrutura associada a obras de quadras poliesportivas, creches, escolas,

unidades básicas de saúde e centros de referência e assistência social e transporte, considerando as seguintes unidades habitacionais (UH): RUC Jatobá (1.154 UH); RUC São Joaquim (827 UH); RUC Casa Nova (452 UH); RUC Laranjeiras (563 UH) e; RUC Água Azul (704 HUC). Em atendimento aos programas e exigência de Plano de Atendimento à População Atingida foram executadas também ações relativas a: indenização de imóveis (4.041); indenizações de unidades comerciais (1.265); indenizações ou realocações para igrejas (46) e; alugueis sociais (434).

4.2. Usina Hidrelétrica de Jirau

A usina hidrelétrica de Jirau está localizada na Ilha do Padre, distante 120 quilômetros, da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com um reservatório de 361,6 m² ao longo do Rio Madeira. A Usina possui capacidade instalada de 3.750 MW, suficiente para abastecer mais de 10,5 milhões de domicílios.

No processo de construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, também foram atendidas as exigências pertinentes ao Programa de Remanejamento da População Atingida, tendo sido construídos Imóveis residenciais e comerciais, unidades de saúde, educação e segurança pública, comércio, igrejas, cemitério, terminal rodoviário, opções de lazer (quadras, campo de futebol, áreas verdes, clube), serviços de esgotamento sanitário, tratamento e distribuição de água, distribuição de energia elétrica, dentre outros, com destaque para a construção de 1.600 casas na Vila Muntum.

4.3. Usina Hidrelétrica de Santo Antônio

A usina hidrelétrica de Santo Antonio com eixo localizado na Cachoeira de Santo Antonio, localizada a 7km a montante da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com um reservatório de 546 m² ao longo do Rio Madeira. A Usina possui capacidade instalada de 3.568 MW suficiente para abastecer mais de dez milhões de domicílios.

No processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, também consideradas as informações dos estudos socioambientais foram atendidas as exigências pertinentes ao Programa de Remanejamento da População Atingida, passando por regularização fundiária, construção de 7 reassentamentos, dos quais 4 rurais, 1 semiurbano, 1 urbano e 1 agrovila dentre outras ações previstas no Projeto Básico Ambiental.

Resguardos os diversos processos de expropriação realizados para instalação de empreendimentos hidrelétricos, anteriores à exigência desta atividade no âmbito do processo de licenciamento ambiental, tem-se como referência o exemplo da Usina Binacional de Itaipu, em operação desde 1984, que apoiada pelo INCRA estabeleceu critérios para avaliação e pagamento de indenizações (1974 -1982) e vem mantendo até o presente com o território uma política de vizinhança baseada em diretrizes para o desenvolvimento regional (Coli, 2017).

É possível perceber que a partir da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), Resoluções CONAMA (nº 001/86, nº 237/97, dentre outras) e nos dispositivos legais estaduais aplicáveis ao tema, bem como, com a organização da sociedade civil para a defesa de direitos com a criação do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) no final da década de 70, o Governo também vem trabalhando com o desafio de promover políticas públicas sinérgicas, envolvendo os diferentes níveis de governo para reunir recursos orçamentários dentro das competências previstas legalmente, no sentido de evitar transferência de responsabilidade ao empreendedor sobre situações críticas de carências de oferta de equipamentos e serviços públicos, que não tenha vinculação direta com impactos do projeto a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros prioritários do Governo Federal.

Encontram-se instalados e em operação atualmente 218 Usinas Hidrelétricas (97,6 GW)¹⁴. A partir da década de 70 foram implantados no

¹⁴ Figura 1 - Matriz de Capacidade Instalada Matriz, MME/SE, novembro/2018.

Brasil 120 empreendimentos hidrelétricos, dos quais, iniciaram a operação 25(vinte e cinco) na década de 1970 (16,7GW), 11(once) na década de 1980 (31,7GW), 16 (dezesesseis) na década de 1990; 40 na década de 10 (11,1GW) e 25 (vinte e cinco) até o presente da década de 20 (26GW) conforme histórico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹⁵, detalhadas pelo Banco de Informações da Geração. No contexto não foram percebidos nos municípios afetado diretamente pela construção da barragem decaimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme os indicadores do IBGE¹⁶ o que em síntese denota a ausência de desestruturação social tão veementemente atribuídas às regiões de construção desses empreendimentos.

Para todos os processos de licenciamento ambiental realizados na esfera federal a partir da década de 80 as informações requeridas para elaboração dos estudos socioeconômicos seguiram primordialmente um rito de levantamento de dados que em muito superam aos relacionados à os estudos pertinentes ao meio físico e biótico, dada a importância relacionada ao suporte dos planos de atendimento as populações atingidas e atendimento aos critérios de elegibilidade no sentido de definir, numa rito de livre negociação, a projeção das indenizações e compensações negociadas.

Esse processo, embora reconhecido no processo de licenciamento tem a prerrogativa de acompanhamento dos acordos celebrados e não de aprovação considerando o previsto na legislação vigente, Lei nº 12.727¹⁷, que prevê:

Art. 5º Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.

¹⁵ <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipoFase.asp>

¹⁶ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>

¹⁷ Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 – Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;..

Os pontos de conflito observados para os processos indenizatórios não se configuram em desrespeito ao exigido no processo de licenciamento ambiental, mas sim a ligação intrínseca a morosidade e complexidade dos processos que envolvem a regularização fundiária, a desordenada competição imobiliária que promove expectativas barganhas de valores que em muito dificultam as negociações, as expectativas de ganhos e direitos em desacordo com a condição inicial do atingido mesmo respaldados em programas e ações que representem uma melhoria na sua qualidade de vida, a inexistência de regras claras e específicas delimitando as responsabilidades do estado e do empreendedor, tudo isso reflexo da necessidade de maior articulação institucional para que a consolidação desses processos não fiquem à margem de especulação, refletindo em percepções negativas e delegação de sanar passivos culturais e sociais, anteriormente existentes, a eles atribuídas .

5. CONCLUSÃO

É observado que o Governo Federal mantém esforços para a promoção de políticas específicas no sentido de evitar a desassistência às populações cujo deslocamento compulsório é necessário para a implantação de projetos estruturantes, estratégicos e de interesse social. A questão referenciada é se as condicionantes sociais exigidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental são por vezes controversas. Nestes cenários são atribuídos ao investidor a responsabilidade pela carência de investimentos públicos e de passivos sociais no território de localização das obras e atividades, imposição essa que extrapola o objetivo do licenciamento ambiental resultando em atrasos nos cronogramas de implantação previstos nos contratos celebrados.

Compreendendo que os atuais reassentamentos já incorporam na sua concepção que a habitação não se restringe a construção de casas, inclui o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir aos cidadãos os benefícios de uma política habitacional baseada na concepção de

desenvolvimento urbano integrado, a exigência da instalação dessa infraestrutura pelo empreendedor deve requerer uma previsibilidade da gestão pública para sua manutenção.

Os apontamentos deste trabalho evidenciam que a ausência do estabelecimento de parâmetros que diferenciem proporcionalmente as responsabilidades das relações entre as esferas pública e privada resultam na transferência da obrigatoriedade de apoiador financeiro para o investidor. Essa responsabilidade possui o potencial de gerar conflitos nas relações interinstitucionais, desagregando a democratização das políticas ambiental, fundiária e de controle do uso e ocupação do solo. Esta última, sob controle da gestão municipal.

As percepções das dificuldades encontradas pelo empreendedor para a execução dos seus projetos, muitas das quais extrapolam a sua atividade fim, fragilizam a captura de investimentos para implantação de novos projetos de geração e podem resultar em insegurança jurídica entre as partes. A proposta de reflexão para auxiliar a solucionar conflitos quando da implantação de projetos estruturantes passa pela necessidade de revisitar os elementos de avaliação da questão social, totalmente absorvidos pelo processo de licenciamento ambiental hoje em curso.

A revisitação dos princípios que hoje norteiam a relação dos impactos dos investimentos estruturantes e sua relação com a situação de desenvolvimento do território poderiam ser iniciadas considerando: 1) o estabelecimento pela União das estratégias de inserção e diretrizes necessárias para articulação com Estados e Municípios, com vistas a enfrentar os passivos sociais existentes, a partir da elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social dos territórios, em cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal¹⁸; 2) a definição de regras claras para o desmembramento do licenciamento ambiental da obrigatoriedade de execução e responsabilização

¹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 20, XII-b.

por parte do empreendedor da execução, gestão e manutenção de atividades e ações próprias de políticas públicas de competência do Estado.

Desta forma, faz-se necessária uma ampla revisão do arcabouço legal-normativo por meio da publicação de Decretos, Leis e Portarias específicas, além de outros atos normativos, para que as medidas aqui propostas possam ser executadas. Proposições estas que deverão se basear, por exemplo, nos gargalos e dificuldades aqui descritos, de modo a suprimi-los e garantir a execução de projetos de infraestrutura hidrelétrica não somente com a segurança jurídica e econômica necessárias para que estes sejam atraentes para a recepção de investidores interessados, mas especialmente de modo a garantir que o desenvolvimento destes empreendimentos ocorra de forma ambiental e socialmente sustentáveis. Para isto é preciso que cada ator envolvido na dinâmica sócio espacial dos territórios que recebem estes projetos, ou seja, todas as esferas do poder executivo, o empreendedor, e a sociedade civil, possam participar do planejamento necessário para a chegada de um empreendimento como uma UHE, que além de gerar a energia - sua atividade fim - necessária para o desenvolvimento econômico de todo o país, possui também a capacidade de se tornar um vetor de desenvolvimento regional, possibilitando o aporte de recursos e políticas públicas em regiões como notáveis carências econômicas e estruturantes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **RBCS**, V. 14, No. 40. p. 111-141. 1999.

BRASIL. 1981. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. 2000. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3729, de 8 de junho de 2004. **Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 08 jun. 2004.

BRASIL. 2011. Lei Complementar nº 140, de 18 de dezembro de 2011. **Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 2011.

BRASIL, 2012. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 out. 2012.

BREDARIOL, T.O.; GONÇALVES, V. V. Instituições e Governança ambiental: Uma Revisão Teórica. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica** Vol. 24: 153-162. 2015.

CONAMA. 1986. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Estabelece as definições, responsabilidades e os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 jan. 1986.

CONAMA. 1997. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Considerando a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 22, Pág. 30841. Brasília, DF, 22 dez. 1997.

CASTRO, J. F. Do João Leite para a Agrovila. Deslocamento Compulsório Das Famílias Atingidas Por Um Grande Projeto. **II Seminário de Pesquisas da Faculdade de Ciências Sociais**, UFG/FCS. Goiás. 2011

CATULLO, M. R. **Reconstrucción de La identidad y Proyectos de Gran Escala**: ciudad Nueva Federación, provincia entre rios, Argentina. Brasília: DAN/UnB: 1992.

Coli, Adriana. **O setor elétrico e o meio ambiente**. Adriana Coli, Pedro Dias. – Rio de Janeiro:Synergia: FMASE, 2017.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia**, 2027. Ministério de Minas e Energia. Brasília: MME/EPE, 2018

FCP. 2015. Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 58, Seção 1, pág. 10.Brasília, DF, 26 mar. 2015.

FUNAI. 2015. Instrução Normativa nº 2, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Nacional do Índio - Funai nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 58, Seção 1, pág. 10.Brasília, DF, 26 mar. 2015.

HÖFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. UNICAMP. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. São Paulo/SP. Novembro, 2001.

IBAMA. Consulta de Licenciamento Ambiental. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php. Março de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Março de 2019.

IPHAN.2015. Instrução Normativa IPHAN nº 1, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 58, Seção 1, pág. 10.Brasília, DF, 26 mar. 2015.

LOURENZO, H.C. O setor elétrico brasileiro: passado e futuro. **Perspectivas**, São Paulo, 24-25:147-170,2001-2002.

MAGALHÃES, S. B., SANZ, F. S. G. Impactos Sociais e Negociações no Contexto de Grandes Barragens: Reflexões sobre Conceitos, Direitos e (Des) Compromissos. **Fragmentos De Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 223-239, abr./jun. 2015.

MMA. 2015. Portaria Interministerial nº 60, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio**

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 57, Seção 1, pág. 71. Brasília, DF, 23 mar. 2015.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Planos programas e projetos.** Agosto de 2010.

NORTE ENERGIA S.A. **Caderno de Preços: zona urbana de Altamira.** Maio de 2013a.

NETO, J, Q. M. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-Pa. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 02, n. 13, pp. 43-57. 2014.

PASE, H, L. ROCHA, H. J, SANTOS, E. R. A Relação entre a Gestão das Bacias Hidrográficas e o Remanejamento das Populações Atingidas por Hidrelétricas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** G&DR • v. 13, n. 3, p. 55-76, set-dez/2017, Taubaté, SP, Brasil

PASE, H, L. Políticas públicas e infraestrutura: a agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates** (UFRGS), v. 6, p. 107-127, 2012.

QUEIROZ, A.; RENATA S. de; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1387-1398, 2012.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

SCUDDER, T. e COLSON, E. "From welfare to development: a conceptual framework for the analysis of dislocated people", in Hansen, A. e Oliver-Smith, A. (orgs.) **Involuntary migration: the problems and responses of dislocated people.** Boulder: Westview Press, 1988.

SOUZA. L. P. **Aplicação das Ações do Plano Básico Ambiental, Voltado Para Educação, Da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio Em Porto Velho.** Dissertação - Departamento Acadêmico de Economia da Universidade Federal de Rondônia, *Campus* José Ribeiro Filho – Porto Velho, 2015.